

TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO

1.1. Aquisição de 80 (oitenta) cintos masculinos dupla face, nas cores preto e marrom, confeccionados em material sintético resistente, com fivela metálica e tamanho ajustável, acondicionados em embalagem individual tipo estojo transparente para presente, destinados à execução do Projeto “Presentear é uma Forma de Carinho”, em comemoração ao Dia dos Pais, para atendimento dos idosos participantes do Centro de Convivência dos Idosos – CCI e residentes do Lar dos Idosos de Silvânia, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMDI.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QNT
1	Cinto masculino dupla face, preto/marrom, confeccionado em material sintético resistente, com fivela metálica cromada e sistema ajustável. O produto deverá ser fornecido em embalagem individual tipo estojo transparente em acrílico ou material similar, apropriada para presente, proporcionando proteção e valorização da apresentação do item.	UNID	80

II – JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação visa atender à execução do Projeto “**Presentear é uma Forma de Carinho**”, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, por meio da Resolução nº 010/2026, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMDI.

2.2. A iniciativa tem por objetivo homenagear os pais idosos participantes das atividades desenvolvidas pelo Centro de Convivência dos Idosos – CCI e os residentes do Lar dos Idosos de Silvânia, em comemoração ao Dia dos Pais, proporcionando um momento de valorização, reconhecimento e fortalecimento dos vínculos sociais e afetivos.

2.3. A aquisição dos cintos masculinos, acondicionados em embalagem individual para presente, permitirá a entrega de uma lembrança simbólica aos beneficiários da ação, promovendo o bem-estar, a autoestima e a inclusão social da pessoa idosa, em consonância com as políticas públicas voltadas à garantia de seus direitos.

2.4. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar a realização das atividades previstas no projeto, contribuindo para a valorização da pessoa idosa e para o fortalecimento da convivência comunitária e familiar.

III – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. A contratada deverá fornecer os itens no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento formal da Ordem de Fornecimento a ser expedida pela Superintendência de Compras.

3.2. Havendo qualquer motivo que impossibilite o fornecimento dos produtos, a empresa contratada deverá comunicar formalmente à contratante no prazo máximo de até **24 (vinte e quatro) horas**, apresentando justificativa e documentação comprobatória da ocorrência.



Silvânia

GOVERNO DO MUNICÍPIO

3.3. O recebimento dos itens será de inteira responsabilidade da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio à Mulher**, por intermédio do servidor designado para fiscalização da contratação.

3.3.1. Em caso de recusa do recebimento, em razão de divergência nas especificações, defeitos, avarias ou qualquer desconformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, o Fiscal deverá elaborar relatório circunstanciado informando os motivos da recusa, sendo a contratada notificada para promover a substituição dos itens no prazo estabelecido pela Administração, sem quaisquer ônus adicionais para o Município.

IV – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do contratante.

4.2. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das certidões negativas que:

4.2.1. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Federal;

4.2.2. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual;

4.2.3. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da empresa contratada;

4.2.4. Comprovante de regularidade Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.5. Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

4.3. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data do recebimento definitivo pelo Departamento de Finanças, e será feito mediante Ordem Bancária para crédito na conta corrente da empresa contratada, no domicílio bancário por ela expressamente informado.

V - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do fornecimento e, ainda:

5.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do Município de Silvânia, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas o serviço com defeitos e/ou rejeitado, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas;

5.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o início da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, carretos, carga, descarga, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na prestação de serviços;

VI - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, formalizada por meio de Nota de Empenho, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação dos serviços;

6.2. Efetuar os pagamentos por meio de ordem bancária, até o 30º (trigésimo) dia após a data da efetiva prestação do serviço, observando-se, antes do pagamento, a atestação da Nota Fiscal, e demais



Silvânia

GOVERNO DO MUNICÍPIO

exigências da legislação vigente;

6.3. Devolver, com a devida justificativa, os objetos entregues fora das especificações;

6.4. Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão entregues os produtos;

VII - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. O embasamento legal da presente contratação direta, é por dispensa de licitação, fundamentada no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, alterada pelo Decreto Federal nº 12.807 de 29 de dezembro de 2025, que diz ser dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (Sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos) em caso de outros serviços e compras.

VIII – DO PREÇO

8.1. O preço estimado para a referida prestação dos serviços não poderá ultrapassar os valores permitidos pelo Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, alterada pelo Decreto Federal nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025;

8.2. Os serviços deverão ser realizados junto a empresa do ramo, objeto desta contratação;

8.3. O preço deverá ser cotado considerando-se quaisquer valores gastos ou despesas, seguro, transportes, tributos e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem na execução dos serviços.

IX – SANÇÕES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do fornecimento a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao contratado, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa;

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.2. A sanção prevista no inciso I, do caput do art. 156, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I, do caput do art. 155, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.3. A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

9.4. A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

9.5. A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do



Silvânia

GOVERNO DO MUNICÍPIO

referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput. do art. 156, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do caput do mesmo artigo.

9.7. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

X – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Considerando os termos do art. 95 da Lei Federal 14.133/2021:

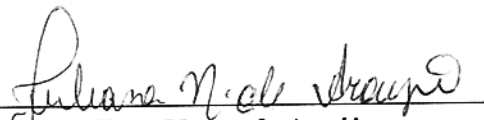
“Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - Compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

10.2. O caso em tela amolda-se perfeitamente nas duas situações acima descritas, dispensando dessa forma a confecção de contrato administrativo.

Silvânia-GO, 24 de junho de 2026



Juliana Nunes de Araújo



MARIA VALÉRIA DA SILVA ARAÚJO

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Apoio à Mulher